

Lei Ordinária nº 772/1985

Dispõe sobre a criação do Fundo de Assistência Social do Município de Camapuã e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Camapuã, Mato Grosso do Sul: Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Publicada em 13 de dezembro de 1985

Art. 1º.

Fica criado junto ao Gabinete do Prefeito o Fundo de Assistência Social do Município, com o objetivo de mobilização da comunidade para atender às necessidades e problemas sociais locais.

- Art. 2º. O Fundo será dirigido por um Conselho Deliberativo.
- **Art. 3º.** São atribuições do Conselho Deliberativo:
- I Fazer o levantamento das principais necessidades e aspirações da comunidade;
- II Levantar recursos humanos, materiais, financeiros, e outros mobilizáveis na comunidade;
- III Definir e encaminhar soluções possíveis para os problemas levantados;
- IV Valorizar, estimular e apoiar iniciativas da comunidade voltadas para a solução dos problemas levantados;
- **V -** Promover articulações e atuar integralmente com unidades administrativas da Prefeitura Municipal, ou por pessoa de livre indicação deste.

Parágrafo único. - VETADO.

- **Art. 5º.** O mandato dos membros do Conselho Deliberativo será de dois (2) anos renovável a convite, cumprindo-lhes exercer suas funções até a designação de seus substitutos.
- § 1º. O Prefeito poderá substituir, temporária ou definitivamente, os membros impedidos do exercício de suas funções.
- § 2º. As funções de membros do Conselho não serão remuneradas a qualquer título, sendo, porem, consideradas com serviço público relevante.
- § 3º. Extingue-se o mandato dos membros do Conselho ao término da legislatura

Art. 6º. Compete ao Presidente do Conselho Deliberativo tomar todas as medidas administrativas, financeiras e orçamentárias para a gestão do Fundo.

Parágrafo único. - A conta bancária do Fundo será movimentada conjuntamente pelo Presidente e por um membro do Conselho Deliberativo, designado por este para as funções de Tesoureiro.

- **Art. 7º.** Constituirão receitas do Fundo de Assistência Social do Município:
- I Contribuições, donativos e legados de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado;
- II Auxílios, subvenções ou contribuições;
- III outras vinculações de receitas municipal cabíveis;
- IV Receitas auferidas pela aplicação no mercado de capital;
- **V** Quaisquer outras receitas que lhe possam ser destinadas.

Parágrafo único. - Todos os recursos destinados deverão ser contabilizados como receita orçamentária municipal e ao Conselho alocados através de dotações consignadas na Lei Orçamentária ou de crédito adicionais, obedecendo sua aplicação às normas gerais de direito financeiro.

- **Art. 8º.** O Conselho Deliberativo emitirá mensalmente um balancete Administrativo de Receita e de Despesa do mês anterior, e, anualmente, Balanço Geral do exercício.
- **Art. 9º.** Os servidores que forem colocados à disposição do Fundo de Assistência Social do Município, sem prejuízo de vencimento e demais vantagens, não poderão perceber vantagens pecuniárias de quaisquer espécie, exceto as decorrentes da legislação comum aos servidores do Município.
- **Art. 10** O Fundo, criado por esta Lei, receberá, dos órgãos de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal, apoio direto e imediato para consecução dos seus objetivos.
- Art. 11 O Poder Executivo expedirá atos regulamentares necessários à execução desta Lei.
- **Art. 12** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de cinco milhões de cruzeiros (Cr\$ 5.000.000)para custeio dos encargos iniciais do referido fundo.
- § 1º. O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente do excesso de arrecadação calculado com base no Art. 43 da Lei nº 4.320, de 17/03/64.
- § 2º. -

O crédito especial referido neste artigo constará da seguinte programática do orçamento vigente:

- 02 Gabinete do Prefeito
- 20 Gabinete do Prefeito
- 03 Administração e Planejamento
- 07 Administração
- 021 Administração Geral
- 2.02.A Fundo de Assistência Social ao Município.
- Art. 13 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Prefeitura Municipal de Camapuã, 13 de dezembro de 1985

Eraldo Holosback Alves Azambuja

Prefeito Municipal